



O FILOSOFAR O SENTIR E A FINALIDADE DAS RELAÇÕES HUMANAS

Conferência de abertura
Prof. Dr. João Mac Dowell

O FILOSOFAR, O SENTIR E A FINALIDADE DAS RELAÇÕES HUMANAS



O FILOSOFAR, O SENTIR E A FINALIDADE DAS RELAÇÕES HUMANAS

João Mac Dowell¹

I- FILOSOFAR

Todos os grandes pensadores exprimiram à sua maneira o que é filosofar pelo próprio exercício desta atividade. Vários disseram expressamente o que entendem por filosofia, como, por exemplo Aristóteles no primeiro capítulo de seu tratado sobre a metafísica, ou Descartes no seu *Discurso do Método* ou ainda Heidegger no opúsculo *“Que é isso – a filosofia?”* Não exporemos aqui as ideias de algum dos filósofos que se debruçaram detidamente sobre o assunto, mas apresentaremos a nossa compreensão do filosofar, fruto da leitura desses pensadores, e de nossa prática e reflexão sobre o tema.

1. Características do filosofar

1.1. Filosofar como busca da verdade

Filosofar é a expressão mais elevada do desejo espontâneo de saber próprio do ser humano. O amor à verdade é mola propulsora de toda atividade filosófica. Não há verdadeira filosofia sem paixão pela descoberta do sentido das coisas. Com efeito, o autêntico pensar fiel à realidade é um serviço à verdade. Não se compagina com construções arbitrárias, nem com meras preferências subjetivas. Trata-se, porém, da busca da verdade, não como exercício descomprometido do pensar, mas como conformação progressiva da própria vida com o sentido que se vai revelando à medida que o pensar penetra no âmago da realidade.

¹ Professor do programa de pós-graduação em filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) de Belo Horizonte-MG.

A busca filosófica da verdade não se restringe, porém, a um aspecto particular da realidade, nem se contenta com respostas parciais. Ao contrário do saber científico, ela se desenvolve no horizonte transcendente do ser em vista da compreensão do fundamento do sentido da realidade no seu todo. Essa radicalidade do filosofar é consequência da natureza crítica da razão humana. Nada escapa ao questionamento da razão expresso na reflexão filosófica. Ainda que no campo do saber não haja início absoluto, já que a razão humana não pode deixar de pressupor, o pensar filosófico deve submeter todo pressuposto invocado ao exame da razão. Ele representa na verdade uma aposta na razão humana. Levantar a pergunta universal e radical significa valorizar essa prerrogativa ímpar do ser humano na sua tendência a assumir no discurso todo fato, toda situação e toda atitude. Isto não significa, porém, que o discurso seja capaz de esgotar o mistério da existência.

Com efeito, há questões que visam a respostas completas e definitivas, justamente porque se põem no interior de um horizonte limitado. A resposta que elas suscitam satisfaz plenamente, implicando assim a extinção da própria questão, mesmo que suscite novas interrogações. Tais são as questões das ciências e muitas perguntas da vida prática, p. ex.: Por que este livro solto cai no chão? Resposta: Por causa da força de atração da gravidade terrestre. Ou: Onde estou agora? Resposta: No meu gabinete em Belo Horizonte. Não é esse, contudo, o caso da investigação filosófica. Isto não significa que ela não leve a respostas verdadeiras sob determinado aspecto, ou que no campo da filosofia não haja evidências. Toda pergunta autêntica pretende chegar a uma resposta. Mas a pergunta pelo fundamento de tudo, enquanto se desenvolve no horizonte ilimitado do ser não se satisfaz plenamente com nenhuma resposta, ainda que certa no seu nível. O

dinamismo da interrogação leva a abrir-se mais e mais à manifestação do ser, a aprofundar incessantemente a busca do sentido último da realidade, sem jamais ser capaz de abarcá-lo totalmente. É próprio da razão humana procurar a articulação do conjunto de seus conhecimentos numa unidade suprema. Seria, porém, contrário à sua índole encerrar a sua interpretação da realidade num sistema fechado, que responderia definitivamente a todas as perguntas. Eliminar a pergunta equivale a renunciar ao filosofar. Mais ainda, a renegar a própria verdade do ser humano que é, por essência pergunta.

1.2. Caráter pessoal do filosofar

Mas a pergunta filosófica tem um caráter eminentemente existencial. Filosofar é pensar por si mesmo, a partir da própria experiência, a fim de compreender a realidade. É a busca de respostas próprias a perguntas autênticas, pessoalmente vividas, embora sejam comuns a todo ser humano que pensa. É procurar a verdade tendo como critério a evidência racional e não o peso de qualquer autoridade extrínseca. Trata-se de percorrer na busca da verdade o seu próprio caminho, não necessariamente novo sob todos os aspectos, mas construído mediante um processo pessoal de investigação, que não deixa de aproveitar pistas abertas por outros, especialmente por seus mestres. Devemos, contudo, evitar ficar apenas nas palavras lidas ou ouvidas, mas ir diretamente às coisas por elas significadas. Trata-se de conferir o que é dito com nossa experiência. Se não concorda, de duas uma: ou não entendemos perfeitamente o que foi exposto, porque talvez não fizemos até hoje tal experiência, ou não sabemos observá-la em nós, ou, segunda hipótese, isso, que ouvimos ou lemos, não é verdade. Com efeito, a verdade não é senão o que se mostra do mundo e de cada um, desde que ele,

como ser-no-mundo, deixe que esta realidade se manifeste como é, livre de interpretações que a escondam.

Com efeito, o caráter pessoal do pensar filosófico não exclui, muito pelo contrário, o diálogo com os grandes pensadores do passado. O discurso racional não pode ser construído por uma razão desconectada de sua história, que pretenda descobrir por si só o sentido das coisas. A reflexão sobre a própria experiência já está condicionada previamente por categorias interpretativas inseridas na trama da cultura atual. É fundamental para a lucidez do pensar dar-se conta dessa herança rica e incontornável. **Hegel tem a frase célebre “filosofar é apreender e exprimir o seu tempo em conceitos”.** Ora, grande parte das perguntas de nosso tempo não é senão a atualização, em novo contexto histórico e cultural de interrogações já formuladas ao longo da história do Ocidente. Para respondê-las é indispensável confrontar-se com os elementos de solução já apresentados por diferentes autores. Somente sobre a base do patrimônio filosófico acumulado é possível desenvolver um pensamento sólido e criativo.

É mister, entretanto, precaver-se de um perigo que ronda atualmente os estudiosos de filosofia. No ambiente que envolve a vida acadêmica, em que se multiplica a produção, a especialização torna-se quase uma necessidade para quem deseja trabalhar cientificamente. Daí a tendência, forte sobretudo no Brasil, a converter a filosofia numa interpretação de textos. Em vez de investigar a realidade, levantar e elaborar as questões que ela suscita, procura-se interpretar e discutir apenas o pensamento de diferentes autores, determinando a sua posição, o que dizem verdadeiramente. É o que se observa em muitos cursos de filosofia. Cada professor é especialista de um ou poucos filósofos e transforma o curso de Teoria do Conhecimento, de Antropologia Filosófica, de Ética e assim por diante, numa

exposição do pensamento do autor preferido. O filosofar deixa então de ser o que ele é, o amor da sabedoria, sabedoria da vida, uma busca de resposta aos grandes problemas de cada tempo. Com isso, não nos pronunciamos contra a informação e a especialização. Queremos dizer que ela não pode ser um fim em si mesma, mas deve ser ordenada à resposta pessoal das questões fundamentais sobre o sentido da existência. É o que viu Tomás de Aquino quando **afirma “o objetivo do estudo de filosofia não é conhecer a opinião dos homens, mas qual seja o sentido verdadeiro da realidade”**. Outro vício ainda mais deletério, bastante comum na geração atual, é julgar que estudar qualquer matéria, mas especialmente filosofia, é informar-se sobre determinado assunto, ou no caso sobre as posições que defendeu determinado autor. Não interessa saber o sentido do que é dito, pensá-lo e, portanto, procurar compreendê-lo.

1.3. Caráter gratuito do filosofar

Em função das características apontadas, o pensar filosófico apresenta-se como um valor em si mesmo, uma atividade plenamente gratuita e desinteressada, que não se exerce como meio para alcançar alguma outra coisa. O valor do filosofar consiste justamente em ser uma das formas essenciais de realização plena do ser humano. Nele se explicita e se atualiza na linha da verdade a transcendência para o ser, que constitui o ser humano como tal. Ao não se sujeitar ao critério da utilidade, o filosofar revela-se como essencialmente livre, seja intrinsecamente, enquanto não admite respostas predeterminadas, que se trataria apenas de justificar, seja extrinsecamente, enquanto não se legitima por outros valores. Exclui-se assim uma concepção pragmática da filosofia, que subordinaria a busca da verdade, seja a interesses individuais, como a atividade profissional ou a solução de problemas existenciais, seja a objetivos sociais, políticos ou ideológicos, ou mesmo religiosos.

Evidentemente o estudo de filosofia serve para muitas coisas. Pode-se estudar filosofia, por exemplo com a intenção de ser professor ou de utilizá-la na evangelização. Estes são fins válidos da dedicação ao autêntico filosofar, contanto que não o afetem internamente, não se sobreponham a ele. O que queremos dizer é que a pergunta filosófica, enquanto filosófica, não pode ter uma resposta prévia. Não preciso suspender minha fé em Deus, para ser filósofo. Mas devo deixar que a minha razão dê a sua resposta à pergunta sobre Deus. Se o discurso de minha razão não logra chegar a uma conclusão ou mesmo se os argumentos contrários à existência de Deus prevalecem, posso manter a minha fé, mas devo aceitar com Tomás de Aquino, que a razão, quando funciona corretamente não pode contrariar a fé, porque ambas procedem de Deus, que é a verdade suprema. Mas então esta atitude não é mais filosófica, é de fé, porque o discurso da razão não foi livre, antes dependeu de um pressuposto.

O caráter estranho da filosofia para o homem comum, enquanto contemplação desinteressada da verdade, manifestou-se desde o seu início no mundo grego do século VI a.C., como salientam as anedotas a respeito de Tales, que teria, andando distraído a observar o céu, caído num poço, como conta Platão no diálogo Teeteto, e de outros pensadores jônicos p.ex. Heráclito. Essa estranheza é ligada à figura social do filósofo e à índole de sua atividade de pensador. Ele aparece ao senso comum como aquele que sobrepõe aos interesses imediatos da vida, aos objetivos pragmáticos, o desinteresse absoluto com que se entrega à teoria ou contemplação da verdade. No entanto, este desinteresse do filósofo atende ao supremo interesse da razão sistemática e arquitetônica. É próprio, portanto, de uma cultura da razão, como a nossa, que tem a racionalidade sistêmica como estrutura simbólica básica. É por isso que qualquer atentado contra a filosofia em nossa

sociedade, representa uma ameaça à própria cultura, à verdadeira humanização de nossa realidade, que então caminhará sem rumo, sem perceber que os avanços da técnica não constituem por si sós um verdadeiro progresso para humanidade, antes podem significar a sua autodestruição, como demonstra por exemplo a crise ecológica atual. Platão na sua *República*, como sabemos, julgou que os filósofos seriam os melhores governantes da *pólis* grega. Para tanto, os jovens mais dotados deviam ser educados de modo que aprendessem a filosofar adequadamente. Isso parece contradizer o que dissemos há pouco, insistindo em que o pensar filosófico não se subordina a nenhum objetivo extrínseco, como seria governar a cidade. Todavia, o que Platão pensa é justamente o contrário. Não se trata de servir-se da filosofia para promover na sociedade fins já prefixados. Ao contrário, trata-se antes de determinar pelo filosofar quais são as verdadeiras metas a serem alcançadas pelo corpo social em dado momento. Os meios de implementação, estes sim, podem ser fornecidos pelos respectivos especialistas, desde que conformes aos objetivos visados.

2. Iniciação ao pensar filosófico

O que foi dito até agora permite formular um programa de iniciação ao pensar filosófico. Em primeiro lugar é preciso estar atento aos obstáculos que impedem o candidato de enfronhar-se na aventura do pensar. Eles devem ser levados em consideração sob pena de comprometer todo processo de formação filosófica. Entre as deficiências na base cultural apontamos para a dificuldade de ler e entender um texto mais exigente, que não apenas descreve fatos empíricos, mas procura compreendê-los e explicá-los. Elencamos ainda as falhas na escrita, quando não se é capaz de superar a linguagem oral para expressar com clareza e de modo gramaticalmente correto o próprio pensamento. Outro fator negativo,

devido também às imperfeições de nosso *sistema escolar*, é a limitação no conhecimento preciso das ciências naturais e sobretudo da história, que oferece o contexto para qualquer leitura inteligente. Além dessas deficiências do ensino ou da aprendizagem, faz-se mister combater a *atitude superficial* diante da vida, própria da cultura contemporânea, pouco afeita a preocupações mais sérias do que o consumo de bens imediatos e a questionamentos mais profundos do que os de caráter meramente funcional. Esta postura existencial tem seu reflexo teórico na *mentalidade positivista*, que não reconhece outro tipo de saber além do que é próprio das ciências empíricas. Daí também a tendência a considerar as questões de sentido como relevantes apenas de *opções subjetivas*, dependentes do gosto e das preferências pessoais, sem possibilidade de justificação racional. Por outro lado, a cultura atual caracteriza-se pela *predominância da imagem e a fragmentação do discurso* em contraste com o nível de inteligibilidade e de coerência próprios do discurso filosófico.

Superados na medida do possível estes obstáculos, o caminho filosófico em geral e a reflexão sobre qualquer tema comporta em princípio os seguintes passos. Trata-se antes de tudo de experienciar a realidade que se quer compreender. A filosofia não inventa nada. Ela tenta compreender as coisas como são. Para tanto, sua primeira preocupação é des-cobrir a realidade muitas vezes já encoberta pelas interpretações inadequadas de todo mundo. Em todo caso é preciso fixar por experiência própria e em uma perspectiva condizente os fatos que se pretende questionar no seu sentido.

Daí o segundo passo do itinerário filosófico, que é propriamente a pergunta. Diante da situação indicada, é necessário um esforço especial para motivar alguém a iniciar pela pergunta adequada o caminho do pensar filosófico. Mais do que propor

motivações extrínsecas, trata-se de provocar a *explicitação das interrogações fundamentais* inerentes a todo ser humano enquanto racional. Isso pode ser feito p. ex. chamando a atenção para a dimensão filosófica de problemas do cotidiano ou da atualidade científica, cultural e sócio-política, bem como a partir de textos literários ou obras artísticas, hoje em dia especialmente das produções cinematográficas. Dentre as obras literárias podemos citar p. ex. o poema *No meio do caminho* de Carlos Drummond de Andrade. Também pode ser útil o contato com textos filosóficos de caráter autobiográfico e de linguagem acessível, como algumas passagens da *Carta VII* de Platão ou o início do *Discurso do Método* de Descartes que descrevem a vocação do autor para a filosofia ou sua maneira de encarar situações-limite. Para despertar o **estudante do “sono dogmático”**, expressão de Kant, o importante é *abalar a segurança com que se apoia nas opiniões de todo-mundo*, a fim de que perceba a necessidade de questioná-las, se quer pensar por si mesmo, ou seja, dispor consciente e livremente de sua vida.

Uma vez que se suscitou nele a ambição de saber o último **“porquê”** das coisas através da pergunta pensada e foi despertada a verdadeira curiosidade, do **latim “cur?”**, equivalente à pergunta **“por quê?”**, é preciso ambientá-lo no tipo de *racionalidade e linguagem próprios do filosofar*, para que refletindo e pensando consiga compreender os fatos em questão. Mas aqui quem procura caminhar filosoficamente se depara com uma exigência prévia. Trata-se da perspectiva hermenêutica com a qual é abordado qualquer problema. A palavra **“hermenêutica”**, de origem grega, quer dizer interpretação. Foi usada originalmente para a interpretação de textos, jurídicos, literários, religiosos: qual o sentido de uma passagem da Bíblia, o que quer dizer? Martin Heidegger, porém, chamou a atenção para algo óbvio, mas até então não focalizado pelos filósofos, ou seja, que toda

compreensão humana, toda compreensão da realidade é uma interpretação. Entendemos algo como algo, isto como um livro. Portanto, hermenêutica em seu significado primário não se refere à interpretação de um texto, que já é uma interpretação da realidade. A realidade humana p. ex. pode ser compreendida pelo biólogo, pelo psicólogo, pelo sociólogo, e assim por diante. São compreensões diferentes da mesma coisa, porque ela é vista sob aspectos diversos. O filósofo que compreende o ser humano no seu todo deve perguntar previamente qual a perspectiva mais adequada para abordá-lo. Heidegger notou que a tradição filosófica do Ocidente, na qual estamos imersos, entendeu o ser humano a partir da natureza em geral, como animal racional. Temos um corpo composto de átomos como uma pedra. O nosso corpo é, porém, vivo, animado, possui vida vegetativa, alimenta-se, pode reproduzir-se, como as plantas. Mas também se comunica com o mundo pelos sentidos. Vê, ouve, e vai em busca p. ex. de seu alimento, como os animais. Mas se distingue de tudo isso, por sua capacidade de pensar e de falar, ou seja, como racional, dotado de razão, i.é humano. Heidegger não diz que seja falsa essa perspectiva, que ele chama de metafísica, não como disciplina filosófica, mas como característica de toda a filosofia tradicional. Somos realmente animais racionais. Mas, segundo ele, esta perspectiva de encarar o ser humano, não é a mais original, a que manifesta mais profundamente o seu modo de ser. O ser humano não é primariamente um ente da natureza. Ele é propriamente a sua história. Quando eu pergunto “Quem é você?”, você provavelmente dá o seu nome, que é como o rótulo de uma garrafa de vinho. Mas para saber de verdade quem é você, você tem de contar de algum modo sua história: onde nasceu, quem são seus pais, o que está fazendo agora, que pretende no futuro. Esta é, segundo Heidegger, a perspectiva hermenêutica adequada para compreender a essência do ser humano, o que ele é:

Eu sou a minha história, a minha vida, não biológica evidentemente, mas existencial. Estendemo-nos mais neste ponto por causa de sua novidade: determinar o aspecto hermenêutico da questão filosófica. Este é o terceiro passo da iniciação ao filosofar. Não se trata propriamente de etapa cronológica, mas lógica. Não é necessário que cada um passe necessariamente por essa fase, antes de continuar sua iniciação filosófica. Grandes filósofos não puseram efetivamente a questão hermenêutica. Pode-se voltar mais tarde para aprofundar ou corrigir sua visão da realidade.

Uma vez despertado o desejo de investigar filosoficamente (segundo passo), explicitada ou não a perspectiva hermenêutica da pergunta (terceiro passo), trata-se de pensar e refletir sobre o seu tema. Nisso consiste a *quarta etapa*. Para tanto, pode ajudar seja um programa gradual de leituras filosóficas, seja o diálogo e debates promovidos nas próprias aulas. Por outro lado, é importante que o iniciante tome *consciência da complexidade dos problemas reais*, não se contentando com respostas imediatas e simplistas. É através de um caminho normalmente longo e, às vezes, tortuoso, que poderá chegar a conclusões válidas. Trata-se, por um lado, de tomar conhecimento das soluções, já propostas, de um problema, muitas vezes contraditórias entre si. O mais importante, porém, é que, tendo presente as pistas oferecidas, enfrente pessoalmente a questão, refletindo sobre sua própria experiência, já que se trata de captar o sentido da própria realidade enquanto se manifesta a cada um. *O hábito de pensar e repensar por si mesmo cada questão*, com o auxílio dos elementos recebidos e à luz de horizontes sempre mais amplos e profundos, é o que caracteriza o início do filosofar.

Com isso chegamos à *quinta etapa*. O pensar sobre um assunto deve levar a compreender o sentido da realidade em questão. A verdadeira *compreensão* é, porém, *precisa*. Embora a mente humana não seja capaz de compreender

exaustivamente a realidade, a captação de determinado significado ou conexão entre coisas é algo pontual e indivisível. Ainda que pareça óbvio, é importante chamar a atenção para a necessidade de saber distinguir entre o que já se entendeu e o que ainda não se chegou a entender, e de perceber que compreender mais ou menos é o mesmo que não ter compreendido. Outro fator decisivo no processo de compreensão é a *objetividade* na apreensão do pensamento alheio e na análise da realidade, sem distorções resultantes da projeção das próprias ideias e expectativas sobre o que é dito ou se mostra.

Não basta, porém, compreender as várias respostas dadas através da história a cada questão ou as alternativas que se apresentam para a sua solução. A compreensão é um passo decisivo, mas ainda insuficiente no caminho do pensar. É preciso confrontar-se pessoalmente com as propostas feitas, em vista de um *juízo fundamentado* da sua validade. É esse o *sexto passo* de nosso processo de formação para o filosofar. A *atitude crítica*, a ser cultivada, não se confunde, contudo, com a tendência a desconfiar *a priori* de qualquer afirmação alheia, o que bloquearia a autêntica compreensão e com isso o diálogo e o progresso do pensar. O verdadeiro espírito crítico consiste no discernimento do que é verdadeiro ou falso. Ele se exerce necessariamente também como *autocrítica*. À medida que se vai familiarizando com a complexidade da problemática filosófica, o iniciante cai na conta de que não é capaz de dominar o conjunto de elementos em questão, a ponto de poder formular um juízo definitivo sobre cada assunto. No entanto, esta *modéstia* salutar não equivale a renunciar a qualquer conclusão. Pouco a pouco vão-se destacando certas *linhas preferenciais de pensamento*, que, embora não ofereçam respostas cabais às perguntas decisivas, constituem uma base, a ser sempre revista e aprofundada em ulteriores investigações.

Entretanto, posicionar-se a respeito do sentido e interpretação de uma realidade ainda não é suficiente. Para que estas intuições não se percam, mas fecundem o pensar filosófico, faz-se mister fixá-las de algum modo na memória inteligente, *integrando-as num quadro de referência pessoal*. Nessa integração consiste o *sétimo passo* em direção à maturidade do filosofar. Mediante este *processo assimilativo* global vai-se estruturando o sistema mental de cada um, que fornece *categorias de análise e princípios de julgamento* para a abordagem de novas situações e problemas. Este sistema, porém, é sempre aberto, pronto a aprofundar ou mesmo reformar as certezas alcançadas.

É sobre esta base que se desenvolve o *pensamento propriamente criativo*. Quem é capaz de compreender e julgar as várias posições sobre um problema a partir de um quadro de referências sólido, está em condições de dar a sua resposta pessoal às novas questões que se apresentam. Esta criatividade constitui a *oitava etapa* do itinerário filosófico. A criação propriamente dita é própria de poucos. Mas uma intuição nova sobre algum aspecto de um problema ou exposição pessoal da posição de um autor podem ser alcançadas por todos os que aprendem a pensar filosoficamente. É, aliás, o que se espera de uma tese de doutorado, embora nem sempre isso aconteça.

Finalmente chamamos a atenção sobre um ponto, que não constitui propriamente um passo do método de formação do pensar filosófico, mas que é indispensável para quem deseja cumprir a sua missão de filósofo no meio acadêmico e mesmo mais extensamente na própria sociedade em geral. Trata-se da *capacidade de comunicar*, de exprimir de modo claro e coerente o seu pensamento e compreensão da realidade, tanto por escrito como oralmente. Esta capacidade deve desenvolver-se ativamente ao longo de todo o processo formativo

em exposições orais e escritos de acordo com o grau de compreensão do sentido das coisas já alcançado por cada um. Talvez a descrição de oito etapas para chegar à maturidade do filosofar possa assustar alguém que pretende adentrar o campo filosófico. Mas as etapas, como já dito, não são propriamente cronológicas, mas lógicas. A maioria delas pode ser percorrida rapidamente por um iniciante diligente, embora imperfeitamente. O importante é voltar sempre para o ponto de partida, o amor da verdade, a adequação da pergunta, o método de pensá-la, para aprofundar cada vez mais a compreensão da realidade.

II- SENTIR

1. Introdução

Com isso podemos dar por encerrada a primeira parte de nosso discurso que trata precisamente do filosofar. O segundo elemento de nosso tema é o sentir. Esta palavra pode ser tomada em muitos sentidos. Em primeiro lugar nós sentimos o mundo pelos sentidos. Entretanto, não se diz p. ex. os olhos sentem, mas os olhos ou a vista veem, o ouvido ouve, etc. Não trataremos diretamente desse significado de sentir. **Outro significado de "sentir" é dado novamente pelo substantivo "sentido". "Sentido" estão quer dizer significado, não só de uma palavra, mas da realidade à qual a palavra se refere. Este significado de sentido é muito importante. Falamos p. ex. de sentido da vida. Sentido neste significado é o objeto de uma compreensão. Compreender significa apreender o sentido de uma realidade: o que é aquela realidade. Equivale, portanto, à essência ou modo de ser de alguma coisa. Como vimos, esta é a tarefa da filosofia: procurar o sentido último das coisas. Este significado de sentir é aparentado com outro, dado também pelo substantivo "sentido". "Sentido" então quer dizer "direção": em que sentido devemos caminhar, para a direita ou para a esquerda? Ele se refere, portanto, à orientação para um fim,**

no sentido próprio ou análogo da palavra caminhar, sendo que no significado análogo o fim do pensar, para o qual está direcionado, é sempre a compreensão do sentido de alguma coisa,

Mas não parece que **seja em algum destes significados que o termo "sentir"** foi proposto como um dos temas desta exposição. Ele se referiria propriamente aos sentimentos: alegria, tristeza, medo, tédio, e assim por diante. Entretanto, a nossa investigação não terá por objeto os sentimentos em geral, tema muito amplo. Falaremos do sentimento em sua relação com o pensar, ou melhor, do pensar, especialmente o pensar filosófico, em sua relação com os sentimentos e dos sentimentos, não propriamente sob o aspecto psicológico, mas filosófico. Em que medida o pensar filosófico envolve o sentimento?

2. A compreensão metafísica do ser humano como sentir e pensar tanto sensorial como racional

Acima dissemos que o primeiro passo do pensar filosófico consiste em experienciar a realidade. Mas esse experienciar não significa apenas perceber o mundo primeiro pelos sentidos e depois pela inteligência, por um conhecimento puramente objetivo. A realidade é também sentida, enquanto vivida por nós. Ela de algum modo nos impacta. Tomemos o exemplo de uma paisagem. Não vejo simplesmente árvores iluminadas pelo sol ou sombreadas por nuvens. Não ouço apenas o canto de passarinhos ou sinto nos braços o toque da brisa que passa. A paisagem produz em mim uma impressão que pode ser p. ex. de paz, de tristeza, ou de indiferença. A indiferença também é um sentimento diante de algo que no momento não me toca, é insignificante para mim. Temos o sentido da paisagem, dado não somente pelo que nos manifestam os sentidos, mas pelo que ela significa, é para mim. Essa foi a minha experiência daquela paisagem. O importante aqui é que

essa experiência não é subjetiva, no sentido de tratar-se apenas de uma impressão ou de uma ideia que eu tenho da paisagem, mas não da paisagem em si mesma. Não é também puramente objetiva, no sentido de que não posso pensar a paisagem, senão enquanto ela se manifesta para mim. O animal vê a imagem de árvores, ouve o som do canto dos passarinhos ou o barulho das folhas agitadas pelo vento, mas não experimenta a paisagem como paisagem. Nessa percepção não se trata em primeiro lugar de um sujeito que conhece e de um objeto que é conhecido, por atos particulares e sucessivos. Mas o primeiro é a relação, i. e. o ser humano já é no mundo e o mundo repercute continuamente nele. Ele não é um eu ou sujeito isolado. Não pode compreender quem ele é, senão com todo o seu mundo, com sua origem, a cultura à qual pertence, sua família, os lugares em que viveu, sua ocupação atual, o que pretende para o futuro e assim por diante. Como já dito antes, eu sou a minha vida, a minha história. E essa minha relação com uma paisagem não é senão um momento de meu dia, de minha vida.

Tudo isso foi trazido aqui para mostrar que todo compreender tem uma dimensão afetiva e todo afeto é também compreensivo. Portanto, para filosofar é preciso não só perceber a realidade, mas também vivê-la, pois ela repercute em mim, e provoca este ou aquele sentimento, que levarei em conta ao pensá-la. Isto não quer dizer que o pensador se deixe influenciar por ideias preconcebidas que determinam sua análise da realidade. Mas para pensar a realidade, ele deve senti-la. Esta é a verdadeira experiência da realidade, ponto de partida de todo filosofar. Na história da filosofia o conhecer e o sentir foram entendidos normalmente como duas capacidades independentes do animal, sobretudo do animal racional, que é o ser-humano. No conhecer, é o mundo que vem ao encontro do conhecente através dos sentidos, de modo que o dado sensorial, a imagem colorida que é vista, o som

que é ouvido, é interpretado no caso do ser humano pelo intelecto mediante uma ideia universal. Em todo conhecimento realiza-se uma apreensão do mundo pelo conhecente. O conhecimento é antes de tudo receptivo. A verdade é justamente esta manifestação ao ser humano do que é no mundo. Mas o animal, sobretudo o animal racional, não se contenta com relacionar-se com o mundo através do conhecimento, em que, como se disse, é a coisa que vem ao seu encontro. Ele vai também ao encontro da coisa conhecida, movido pelo desejo, ou foge dela por aversão, conforme o que é conhecido se manifesta como conveniente ou inconveniente ao que conhece, ou seja, como bom ou mau para ele. Ele deseja o bem sensível, e respectivamente, foge do mal, ainda ausentes, e sente prazer ou desagrado com o bem ou mal já presentes.

Mas há uma diferença entre os seres humanos e os demais animais, já registrada no conhecimento, que se torna ainda mais manifesta no sentir. O animal como tal dispõe apenas do desejo ou da aversão, provocados pela coisa sensível, enquanto é agradável ou desagradável à sua sensibilidade. O ser humano, porém, além do desejo ou aversão sensíveis, dispõe do que podemos chamar de amor ou ódio, conforme a coisa conhecida pela razão é considerada boa ou má, não para a sensibilidade humana, mas sim conveniente ou inconveniente para a plena realização da pessoa. É o que se entende por bem ou mal moral. Esse amor ou ódio são próprios, não da sensibilidade, mas da vontade, enquanto racional. Nesse caso, não é por inclinação sensual que a pessoa se sente movida a querer o que ama ou a evitar o que odeia e detesta, mas por atração ou repulsão da vontade cujo objeto é o bem verdadeiro do ser humano segundo a sua razão. Pode-se dizer então, paralelamente ao que foi constatado no nível sensorial, que ela sente amor ou ódio pelo bem ou mal ainda ausentes e alegria ou tristeza pelo bem ou mal quando

presentes. Pode haver coincidência entre o desejo e aversão sensíveis e o amor e ódio racionais. Mas a tendência sensível e a voluntária podem ser também contraditórias. Nesse caso, o ser humano é em princípio livre para seguir uma ou outra tendência, mas compreende que deve seguir o que lhe mostra a razão. Fizemos, portanto, duas distinções: a primeira entre conhecimento e sentimento; a segunda, que ambos se verificam em nós em dois níveis, o nível puramente animal ou sensível e o nível racional, sabendo, porém, que estes elementos distintos se relacionam entre si na unidade do ser humano.

3. Conhecer e sentir na unidade do ser humano na história da filosofia

Tal é a explicação metafísica da influência do sentir no pensar. Trata-se sempre de diferentes capacidades humanas que residem, entretanto, no mesmo sujeito, de modo que o sentimento condiciona em graus e modos diversos o pensamento. O conhecido é conhecido segundo o modo de ser do conhecente. Em geral, a tradição filosófica do Ocidente advogou a não-interferência do sensível no racional, das paixões na razão, como mais de acordo com a perfeição do agir humano, tanto na decisão ética, quanto no conhecimento científico ou filosófico. Trata-se do conhecimento meramente objetivo ou impessoal, que exclui qualquer elemento subjetivo como contrário ao pensar verdadeiro. Há, porém, exceções.

Aristóteles por exemplo julgou que o que é moralmente bom ou mau no caso singular, não pode ser compreendido acertadamente senão na medida em que a pessoa sintoniza com o bem. Em outras palavras, só o virtuoso vê claramente qual é a decisão a tomar diante da alternativa do bem ou mal moral *hic et nunc*. Ela não pode ser a conclusão de um raciocínio fundado em princípios racionais, porque a razão não é capaz de abarcar todas as circunstâncias concretas da situação. Trata-se de um conhecimento intuitivo que supõe no conhecente a virtude e, portanto, um

sentimento de amor pelo bem a ser realizado. É a *phronesis* aristotélica, um dos hábitos de uma inteligência bem formada, cuja tradução mais adequada a nosso ver é capacidade de discernimento, de discernir a decisão correta no plano ético.

Tomás de Aquino, na Idade Média, conheceu a solução de Aristóteles, dando, porém, ao conhecimento que chamou por conaturalidade uma abrangência maior, referente não só ao valor ético, mas também ao mistério de Deus na contemplação mística. Esta segunda aplicação do conhecimento por conaturalidade pode ser estendida ao conhecimento de outra pessoa em geral, como a mãe que conhece os sentimentos do filho, não inventando, mas vendo o que um terceiro não vê, porque o ama, está em sintonia com ele. Distinguindo claramente entre o objeto das faculdades cognitivas e o das afetivas, Tomás explica o conhecimento afetivo como um juízo da inteligência no qual interferem, não só a apreensão do conteúdo inteligível da coisa, mas também a experiência da inclinação do afeto para com a **coisa conhecida. O termo “conatural”, neste contexto, designa** a afinidade ou relação de conveniência que se estabelece entre o conhecente e o conhecido. Cada ente é naturalmente inclinado para aquilo que lhe convém, o seu bem. O conhecimento por conaturalidade, enquanto oposto ao conhecimento meramente objetivo, pressupõe esta inclinação, resultante do conhecimento do objeto como conveniente ou desejável. Pode ser definido como o juízo cognitivo, mas não raciocinativo, fundado em uma intuição intelectual, que determina a bondade de um objeto concreto em vista da convergência entre a afirmação do objeto e a inclinação afetiva para ele.

Destaque ainda maior foi dado ao papel das disposições afetivas no conhecimento por outros autores cristãos da época patrística e medieval, como p.ex. Clemente de Alexandria, Orígenes, S. Agostinho, S. Gregório Magno, o Pseudo-

Dionísio Areopagita e Hugo de S. Vítor. Entretanto, a explicação deste conhecimento afetivo nem sempre foi clara, havendo a tendência a atribuir uma dimensão cognitiva à própria afetividade e ao amor. Manifesta tal tendência, S. Boaventura, contemporâneo de Tomás de Aquino, que discorda deste, ao tentar explicar filosoficamente a relação entre conhecimento e amor na experiência mística. Considera que o próprio gosto de Deus, propiciado pelo dom da sabedoria, é um conhecimento experimental do bem. Portanto, o ato da contemplação sapiencial (mística), enquanto corresponde a um deleite na beleza de Deus, tem seu início no conhecimento da inteligência, mas sua consumação no afeto. Neste sentido o próprio afeto é cognitivo.

Na época moderna Blaise Pascal foi um dos pensadores que mais chamou a atenção sobre o conhecimento pessoal. Ele resume seu pensamento a respeito da **relação entre os dois tipos de compreensão da realidade na frase famosa: “O coração tem razões que a razão não conhece”**. O “coração” pascaliano corresponde aproximadamente à razão intuitiva. **Pelo contrário, “razão” para ele é sempre a razão discursiva e demonstrativa**. Ele segue, portanto, a posição aristotélico-tomista segundo a qual o sentimento não pode ser cognitivo por si mesmo, mas interfere na razão, **resultando daí o conhecimento que ele chama do “coração”**. Max Scheler, no início do século XX, influenciado por Pascal, considera que os sentimentos, especialmente o amor, têm sua própria lógica, diferente da lógica da pura razão. Os sentimentos estão relacionados com experiências de valores. A percepção de cada tipo de valor corresponde a um tipo de sentimento. Scheler dá especial importância ao sentimento de simpatia, como uma determinação essencial do ser humano. Não se trata de um fenômeno empírico, mas da estrutura fundamental e originária do “sentir-com”, anterior a qualquer aprendizagem e

imitação, que fundamenta a compreensão do outro e capacita para a sociabilidade. Mas, também segundo ele, ao que parece, os sentimentos não são propriamente cognitivos, mas interferem na razão quando da apreensão de valores.

Uma nova linha de interpretação metafísica da relação entre o sentimento e o conhecimento foi proposta por Kant a respeito do julgamento estético, i.e. da beleza de uma coisa da natureza ou artística. Ele parte da afirmação de que cada um crê que seu juízo sobre o belo é universal e como tal deve ser seguido por todos os que contemplam a mesma coisa. Por outro lado, trata-se de um sentimento pessoal, conforme o termo alemão *Stimmung*, que vem de voz, afinada no canto, mas acabou tendo essa significação. Neste sentido ele o atribui à harmonia entre as faculdades da imaginação e do entendimento (Verstand). Schiller, influenciado por Kant, recusa, entretanto, entender o sentimento estético como dependente seja dos sentidos, seja da razão, seja da harmonia entre ambos. Ele o atribui a uma disposição global da mente humana, que chama de disposição de ser esteticamente afinado (*gestimmt*). Já no início do século XX, Georg Simmel retoma a ideia da unidade da percepção estética que não pode ser concebida, nem subjetivamente como uma projeção da mente, nem objetivamente como provocada por uma série de propriedades físicas daquilo que é contemplado. Ele a atribui à relação primordial entre a mente e o mundo, mas não leva adiante esta ideia, que será desenvolvida de modo totalmente original por Heidegger com sua concepção de disposição afetiva, fundamento ontológico dos diversos afetos ou sentimentos. Ele pretende ter superado a metafísica, esquema mental de todos os seus antecessores, mesmo daqueles que não queriam atribuir o conhecimento afetivo a uma influência do sentimento sobre a razão, mas procuravam uma terceira faculdade que os originasse. Para ele, o contato do ser humano com o mundo não

se exerce por atos sucessivos de duas faculdades distintas, os sentidos e a inteligência, como pretende a metafísica. Trata-se antes de duas dimensões próprias da essência do ser humano enquanto ser-no-mundo, disposição afetiva e compreender. O ser humano não pode entender-se senão na sua relação permanente com o mundo. Esse repercute na sua disposição afetiva provocando sentimentos diversos, interpretados por seu compreender em um projeto de vida. Sentir e conhecer não são atos distintos que se completam na unidade do ser humano, mas dois aspectos da relação global entre o ser humano e seu mundo, de modo que todo sentimento é inseparável da compreensão de si mesmo e todo compreender é inseparável do sentir-se de um ou outro modo. Também tanto o sentir não está no sujeito que sente, nem o compreender se refere apenas às propriedades do objeto conhecido, mas ambos são em primeiro lugar a relação ambivalente com o mundo que constitui o ser humano.

Ultimamente há grande interesse pela questão do conhecimento afetivo, interpretado frequentemente, como uma propriedade dos afetos ou emoções sensíveis, que implicam, uma abertura específica para o mundo. Entre os estudiosos do assunto podem citar-se: Robert C. Salomon, Antonio Damasio, Martha Nussbaum, Hilge Landweer Esta posição pode ter sido provocada pela valorização do sentimento feita por Heidegger, mas diverge da dele enquanto interpreta o fenômeno nos quadros da tradição metafísica, ainda que em discordância com ela sob outros aspectos.

Outra coisa é a questão da “inteligência emocional”, muito divulgada desde o livro de Daniel Goleman publicado em 1995, como a habilidade de perceber e usar as próprias emoções ou as de outros para favorecer as atividades cognitivas e ter sucesso nos vários empreendimentos. Foram elaborados vários modelos de

inteligência emocional e vários critérios para medir o seu coeficiente em cada pessoa. Entretanto, julgamos com a maioria dos autores que a ideia não se funda em pesquisa acadêmica séria. Trata-se de comportamentos e não de um tipo diferente de inteligência, nem foi demonstrado por estudos comprovados que um alto coeficiente do que se chama inteligência emocional torna a pessoa mais apta a compreender e resolver problemas e comportar-se diante de diferentes situações. Nem filosofia, nem mesmo psicologia científica, a inteligência emocional assemelha-se antes a um processo de auto-ajuda.

Terminamos, portanto, esta parte de nossa palestra referente ao sentir, reafirmando sua importância para o filosofar, desde que seja bem compreendido. Todos os verdadeiros filósofos experimentaram a realidade de uma maneira não meramente objetiva. Isso é próprio das ciências naturais e mesmo das ciências humanas que procuram explicar os fenômenos intramundanos. Mas a filosofia que pretende compreender a realidade no seu todo, não pode partir senão de uma vivência, o que não significa subjetivismo. Não é que o conhecente projete sobre o mundo os seus sentimentos, mas que ele pense o mundo e a vida humana desde os sentimentos que o mundo, ao manifestar-se provoca em todo ser humano. Acima demos o exemplo da mãe. Também o filósofo quanto mais amar a verdade acima de tudo, tanto mais pode compreender e pôr a luz as profundezas da realidade

III- RELAÇÕES HUMANAS

Passamos então para a última parte de nossa conferência que trata das relações humanas. De novo, o assunto é muito amplo. Vamos abordá-lo brevemente só no que diz respeito ao filosofar. Nesse caso podemos encarar a questão sob dois aspectos: a compreensão das relações humanas do ponto de vista filosófico e a sua importância para a prática da filosofia.

1. A relevância das relações humanas para a prática da filosofia

Começando pelo segundo aspecto, devemos reconhecer que o contato adequado com os outros é indispensável para o verdadeiro filosofar. Platão nos seus diálogos, e sobretudo Aristóteles, não indaga a resposta a uma questão sem antes ouvir a opinião que sobre ela emitiram seus antecessores. Já nos posicionamos na primeira parte deste discurso sobre a importância da história da filosofia. Nos tempos atuais em que as relações entre os seres humanos pelos meios de transporte e de comunicação atingiram um novo patamar, não podemos deixar de informar-nos sobre o que pensam outros sobre o tema que estamos estudando. O problema aqui é saber selecionar as leituras que verdadeiramente interessam na enxurrada de publicações que ameaça nos afogar.

Mas não é só uma questão de informação. É mister também que discutamos a posição de cada um, para chegar, se possível, a uma resposta nossa. Para tanto, o mais apropriado é a discussão a viva voz com companheiros, motivada não pelo desejo de vencer, de ter razão a todo custo, mas de entender bem as várias maneiras de enfrentar o assunto e encontrar a verdade. Evidentemente os mestres têm aqui um grande papel desde que estejam disponíveis para entrevistas com seus discípulos, nas quais se requer respeito e objetividade de ambas as partes. Também em nossos dias assistimos ao diálogo construtivo entre pensadores. É o caso da correspondência entre Leo Strauss e Eric Voegelin, ambos representantes destacados da Filosofia Política contemporânea. Cresce também a prática de trabalhos assinados por vários autores, na suposição de que cada qual contribuiu para a reflexão sob um aspecto do tema. As revistas norte-americanas com frequência trazem artigos que são críticas a uma publicação de determinado autor com a réplica do mesmo. São práticas, pouco comuns entre nós, de diálogo

filosófico sério, que fazem avançar o saber. Outro exemplo recente é o Forum de Avaliação de Artigos. Até hoje, especialistas designados pelos responsáveis pelo periódico, sem conhecer o autor, dão o seu parecer sobre o texto enviado. Ao contrário, no Forum, instituído por uma revista, antes de aprovar determinado escrito, ele é publicado on-line, para que seja avaliado livremente por outros e, caso a avaliação for positiva a juízo da revista, seja incluído em um de seus números oficiais, em geral impresso.

2. A questão filosófica das relações humanas

Mais relevante, porém, é a questão filosófica das relações humanas. Aristóteles denominou o ser humano também de animal político (*zoon politikón*), i.e. destinado por sua natureza, não a viver isolado, mas com semelhantes, em sociedade, na *pólis*. Esta tese foi defendida pela maioria dos filósofos, inclusive mais recentemente por Heidegger p. ex. que caracteriza o Dasein, aí-ser, como ser-com, ou seja, comunitário por essência. Só Hobbes no início da modernidade, e seus discípulos, veem o ser humano como indivíduo independente, que só para evitar a guerra de todos contra todos, na busca do próprio interesse, resolve, não por natureza, mas por conveniência viver em sociedade, delegando sua independência a uma autoridade. Em todo caso, num ou noutro sentido, as relações humanas são fundamentais em nossa existência. Entretanto, uma reta compreensão das mesmas deve partir de uma reta compreensão do que é humano, ou seja, dos fins da existência humana, daquilo que traz a sua verdadeira realização.

Entendemos que essa realização consiste, em última análise em querer o bem, o bem próprio e o bem dos outros, inclusive da natureza que nos envolve. Não é possível desenvolver agora esta posição. Remetemos os interessados para a parte final da Antropologia Filosófica de Henrique Cláudio de Lima Vaz, que versa

sobre a Unidade Fundamental do Ser Humano expressa pelas categorias de Realização e de Pessoa. Em termos cristãos, que coincidem aqui com o que pode descobrir o próprio pensar filosófico, fazer o bem equivale a cumprir a vontade de Deus, que no seu amor criativo quer o bem de toda humanidade, no fundo de toda a criação. Por isso, proclama uma nova terra e um novo céu, em que todos vivam conforme o mandamento do amor: Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo, ou ainda, nas palavras de Jesus, que realizou perfeitamente o plano de Deus: Amai-vos uns aos outros como eu vos amei.